

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2021

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS, CURSOS E TREINAMENTOS DE INFORMÁTICA, LAN HOUSE, CYBER CAFÉ, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO do ESTADO do RIO de JANEIRO - SINDIERJ, CNPJ nº 09.316.792/0001-82, neste ato representado por seu Presidente, Sr. CLAUDEMIS LOPES DA CUNHA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SEPRORJ (TI RIO), CNPJ nº 31.603.145/0001-00, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). BENITO LEOPOLDO DIAZ PARET;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da VIGÊNCIA e DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 15 de outubro de 2020 à 30 de agosto de 2021.

A data-base da categoria passa a ser em 1º de setembro.

A CCT anterior, Registrada no MTE sob o nº RJ00241/2019 em 11/12/2019 e tendo como número do Processo: 13041.108736/2019-17, que tinha vigência até 31 de setembro de 2021, deixa a partir da data de vigência da presente CCT, de ter validade, sendo substituída pela presente CCT.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da ABRANGÊNCIA

A abrangência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, tem como supedâneo legal, a publicação feita pela Coordenação Geral de Registro Sindical, órgão da Secretaria Nacional do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, publicada no D.O.U., em 15/19/2020, edição 198, seção 1, páginas 76 e seguintes e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 44054/2020/ME (11042147), que deferiu o registro das alterações estatutárias, em passa a abranger as Categorias Profissionais dos trabalhadores, das áreas técnicas, administrativas e operacionais, sejam, diretamente contratados CLT, temporários ou através de terceirização, bem como, aqueles que desenvolvem suas atividades profissionais sob qualquer vínculo jurídico nas empresas de Cursos de Informática, Manutenção e Reparação de Máquinas de Escritório e Equipamentos de Informática, de Jogos de Entretenimento na Internet, Hospedagem de Site, *Lan House e Cyber Café*, nas empresas do segmento das seguintes categorias econômicas: reparação, reforma, remanufatura, consertos, reparos, montagem e manutenção de máquinas de escritório e computadores, equipamentos periféricos de informática, equipamentos de tecnologia da informação, smartphone, tablets, instalação de sistemas, reparação, reforma e manutenção e ou assistência de caixas

bancários eletrônicos e equipamentos emissores de cupons máquinas móveis de leitura de cartões débito e ou crédito, e de suporte técnico, consultoria em tecnologia da informação, assessoria em software, programas de informática, serviços de apoio na configuração de equipamentos, instalação e uso de aplicativos informáticos, apoio a clientes *help desk*, assistência, manutenção, configuração de equipamentos. Instalação e uso de Aplicativos Informáticos, Serviços de Apoio a Clientes, Configuração de Equipamentos de Informática, Serviços de Instalação de Programas de Informática, Serviços de Instalação de Software, Serviços de Manutenção de Programas de Informática, Serviços de Manutenção de Sistemas Informáticos, Manutenção em Tecnologia da Informação, Recuperação de Panes Informáticas, Serviços de Recuperação de Arquivos, Serviços de Recuperação de Panes bugs, erros intermitentes em Programas de Informática, Serviços de Segurança em Informática, Antivírus, Criptografia, Autenticação, Detecção de Hackers, Serviços de Segurança em Tecnologia da Informação, Suporte Técnico em Tecnologia da Informação, Serviços de Suporte e Manutenção de Hardware, Inclusive Upgrade, instalação e uso de aplicativos informáticos, configuração de equipamentos de informática, instalação de programas de informática, instalação e atualização de software, manutenção de programas e sistemas de informática, suporte técnico em informática e tecnologia da informação, sejam presenciais, sejam remotos, e outros serviços em tecnologia da informação, recarga e remanufatura de cartuchos de impressoras e equipamentos de impressão, jogos de entretenimento na rede mundial de computadores, empresas de criação e desenvolvimento de jogos on-line e multiplataforma, incluindo todos os tipos de consoles, sendo portáteis ou não, hospedagem e transmissão digital e ou virtual de conteúdo multimídia via *streaming e ou Podcast, Broadcast, Unicast, Multicast*, exploração de jogos no computador, celular, smartphone, tablet, vídeo games, *lan house e cyber café*. Aluguel de Hora em Computador, serviços de sistemas e suporte de informática, treinamento em informática, cursos e treinamentos de manutenção e informática, cursos de informática franquizados, cursos de informática com venda de material didático inerente aos cursos de informática, ensino e educação via internet. Aulas de Informática, curso. Ensino de Robótica, ensino de Tecnologias da Informação e Acesso à Internet, empresas de sistemas de segurança digital, de sistemas de computadores e periféricos, desenvolvimento, manutenção e suporte de segurança digital e digital patrimonial, Serviços de Hospedagem de Páginas, desenvolvimento e manutenção de BLOGS e Sites, *Web Hosting*, Serviços de Compartilhamento de Computadores, Serviços de Hospedagem na Internet, *Web Hosting*, instalação, manutenção, suporte, configuração de servidores físicos e ou virtuais. Liquidação de Transações com Cartões de Crédito e Débito, Desenvolvimento de Projetos para Instalações de Rede, Atualização de Software, Programas de Informática sob Encomenda, Assessoria em Software, Programas de Informática, Serviços de Soluções Eletrônicas Comerciais na Transmissão, compilação e Liquidação Financeira com Cartões

de Crédito e Débito, Gateway de Pagamentos, Cobranças e transações eletrônicas tanto de moeda corrente quanto moeda virtual tipo bitcoins, Guarda de Documentos na Forma Eletrônica, uso Compartilhado de Instalações Informáticas de tecnologia da informação, instalação, manutenção e reparação de antenas e sistemas de tecnologia da informação e computadores, criação, desenvolvimento e serviços de manutenção e atualização de aplicativos para dispositivos móveis, dentre eles, drones, smartphones, tablets, simulação de ambientes, criação, desenvolvimento e manutenção de programas e ou aplicativos de automação automotiva, de robótica e navegação via GPS, criação, desenvolvimento e manutenção de programas e sistemas de navegação na rede mundial de computadores, criação, desenvolvimento, manutenção e consultoria de programas de navegação intranet, criação, desenvolvimento, manutenção de software e hardware de controle à distância ou por conexão física de robótica, com exceção dos trabalhadores nas empresas de processamento de dados, provedores de acesso, portais de busca de internet, páginas de sites de busca, com abrangência territorial em todo o **Estado do Rio de Janeiro**.

CLÁUSULA TERCEIRA – PISOS SALARIAIS

Até a data de 31 de janeiro de 2021, os valores dos Pisos Salariais, permanecerão nos mesmos valores dispostos na CCT anterior, firmada em 2019, **partir de 1º de fevereiro de 2021**, não poderão ser praticados nas empresas do setor, salários inferiores aos pisos abaixo relacionados:

I) **R\$ 1.120,17** (hum mil, cento e vinte reais e dezessete centavos) para a **atividade meio** aplicável aos empregados que exerçam atividades de apoio e administrativa, tais como: assistente/auxiliar administrativo, secretária, copeira, servente, vigia, office-boy, almoxarife, auxiliar de produção e congêneres; assim como serviços técnicos diferenciados daqueles entendidos como digitador ou técnico profissional de informática, que para sua execução, necessite de orientação de um técnico, compreendido como atividade-meio da empresa.

II) **R\$ 1.300,17** (hum mil e trezentos reais e dezessete centavos) para o cargo/função de Digitador, Digitador de Terminal, Operador de Equipamentos de Entrada de Dados, Operador de Microcomputador, correspondentes ao Código 4121-10 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

III) **R\$ 1.422,05** (hum mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinco centavos) para todos os cargos/funções que exijam apenas conhecimento técnico ou curso técnico na área de tecnologia da informação ou áreas afins, como por exemplo, porém não exclusivamente, os cargos/funções com os seguintes códigos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

- a) Código 2624-10 – Designer Gráfico
(Desenhista de Páginas da Internet; Web Designer)
- b) Código 3132-20 – Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática
- c) Código 3133-05 – Técnico de Comunicação de Dados
(Técnico de Teleprocessamento)
- d) Código 3171-05 – Programador de Internet

- e) Código 3171-10 – Programador de Sistemas de Informação
(Programador de Computador; Programador de Processamento de Dados; Programador de Sistemas de Computador; Técnico de Aplicação; Técnico em Programação de Computador)
- f) Código 3171-15 – Programador de Máquinas
(Ferramenta com Comando Numérico)
- g) Código 3171-20 – Programador de Multimídia
(Programador de Aplicativos Educacionais e de Entretenimento; Programador de CD-ROOM)
- h) Código 3172-05 – Operador de Computador-Inclusive Microcomputador
(Operador de Centro de Processamento de Dados; Operador de Processamento de Dados; Operador de Sistema de Computador; Operador de Sistemas Computacionais em Rede; Operador de Terminal no Processamento de Dados.)
- i) Código 3172-10 – Técnico de Apoio ao Usuário de Informática-helpdesk
(Monitorador de Sistemas e Suporte ao Usuário)
- j) Código 3722-05 – Operador de Sistemas de Informática (teleprocessamento)
(Operador de Rede de Teleprocessamento; Operador de Rede de Transmissão de dados; Operador de Teleprocessamento)

IV) **R\$ 2.172,03** (dois mil, cento e setenta e dois reais e três centavos) para todos os cargos/funções que exijam curso superior completo na área de tecnologia da informação ou áreas afins, como por exemplo, porém não exclusivamente, os cargos/funções com os seguintes códigos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

- a) Código 1236-05 – Diretor de Serviços de Informática
(Diretor de Informática, Diretor de Tecnologia, Diretor de Tecnologia da Informação)
- b) Código 1425-05 – Gerente de Rede
(Gerente de Infraestrutura de Tecnologia da Informação, Gerente de Teleprocessamento)
- c) Código 1425-10 – Gerente de Desenvolvimento de Sistemas
(Gerente de Programação de Sistema)
- d) Código 1425-15 – Gerente de Produção de Tecnologia da Informação
(Gerente de Operação de Tecnologia da Informação)
- e) Código 1425-20 – Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação
- f) Código 1425-25 – Gerente de Segurança de Tecnologia da Informação
- g) Código 1425-30 – Gerente de Suporte Técnico de Tecnologia da Informação
- h) Código 1425-35 – Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação
(Tecnólogo em Gestão de Sistema de Informação)
- i) Código 2123-05 – Administrador de Banco de Dados
(DBA; Tecnólogo em Banco de Dados)
- j) Código 2123-10 – Administrador de Redes

(Administrador de Redes e de Sistemas Computacionais; Administrador de sistema Operacional de rede; Tecnólogo em Redes de Computadores)

k) Código 2123-15 – Administrador de Sistemas Operacionais
(Administrador de Sistemas Computacionais; Administrador de Sistemas Operacionais de Rede; Analista de Aplicativo Básico – software)

l) Código 2123-20 – Administrador em Segurança da Informação
(Analista em Segurança da Informação; Especialista em Segurança da Informação; Tecnólogo em Segurança da Informação)

m) Código 2124-05 – Analista de Desenvolvimento de Sistemas
(Analista de Sistemas; Analista de Sistemas para Internet; Analista de Sistemas para Web – webmaster; Consultor de Tecnologia da Informação; Tecnólogo em Análise de Desenvolvimento de Sistema; Tecnólogo em Processamento de Dados; Tecnólogo em Sistemas para Internet)

n) Código 2124-10 – Analista de Redes e de Comunicação de Dados
(Analista de Comunicação-teleprocessamento; Analista de Rede; Analista de Telecomunicação)

o) Código 2124-15 – Analista de Sistemas de Automação

p) Código 2124-20 – Analista de Suporte Computacional
(Analista de Suporte de Banco de Sados; Analista de Suporte de Sistema; Analista de Suporte Técnico)

§1º: Como forma de incentivo ao primeiro emprego, no primeiro ano de contratação do trabalhador, as empresas poderão praticar 90% do valor dos pisos salariais previstos no inciso III e no inciso IV desta cláusula.

§ 2º: Independentemente da denominação do cargo e/ou função ocupado, a todos os trabalhadores alocados nos clientes da empresa, que por força de contratos de terceirização ou prestação de serviços em bancos ou qualquer outro ambiente de instituição financeira no Estado do Rio de Janeiro, desenvolvam serviços de tratamento de documentos oriundos de envelopes do caixa rápido; tratamento de imagens; malotes de clientes; digitação de documentos não capturados pelo sistema de automação bancária, cheques e cadastro de contas; conferência de listagens; manuseio e arquivamento de documentos, não poderá ser aplicado piso salarial inferior ao de Técnico Profissional de Informática estabelecido no caput da presente cláusula, respeitada a carga horária do contratante (tomador de serviços) e a legislação ordinária vigente.

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de fevereiro 2021, os salários-básicos serão reajustados no percentual de 2,94% (dois, noventa e quatro por cento) sobre os salários-básicos praticados a partir de 1º de outubro de 2019.

§1º: Para os trabalhadores que ingressaram entre novembro de 2019 e setembro de 2020, os salários de ingresso deverão ser reajustados de forma *pro rata*, aplicando-se os seguintes índices:

Ingresso no mês de outubro/2019	2,94 %
Ingresso no mês de novembro/2019	2,695 %
Ingresso no mês de dezembro/2019	2,450 %
Ingresso no mês de janeiro/2020	2,205 %

Ingresso no mês de fevereiro/2020	1,960 %
Ingresso no mês de março/2020	1,715 %
Ingresso no mês de abril/2020	1,470 %
Ingresso no mês de maio/2020	1,225 %
Ingresso no mês de junho/2020	0,980 %
Ingresso no mês de julho/2020	0,735 %
Ingresso no mês de agosto/2020	0,490 %
Ingresso no mês de setembro/2020	0,245 %

§2º: Considera-se para o cálculo apresentado no parágrafo primeiro acima, o mês imediatamente posterior ao ingresso do empregado, quando esse tiver ocorrido após o dia 16 (dezesesseis), nos meses de 30 dias e após o dia 17 (dezesete), nos meses de 31 dias.

§3º: Serão compensadas do conjunto dos índices de reajuste definidos nesta Cláusula, todas as antecipações salariais espontâneas, com exceção dos aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, término de aprendizagem e Plano de Cargos, nos termos da Instrução Normativa nº 1 do C. TST.

CLÁUSULA QUINTA – SALÁRIO FUNÇÃO/PROMOÇÃO

Fica assegurado ao empregado que foi promovido o direito de receber o salário pertinente à nova função, observando-se o disposto no artigo 461 da CLT.

§1º: Na falta de estipulação do salário, ou não havendo comprovação sobre a importância ajustada, o promovido terá direito a perceber salário igual ao do funcionário que, na mesma empresa, fizer serviço semelhante ou no valor que for habitualmente pago a este.

§2º: O empregado que for promovido poderá ficar em período de experiência nesta nova função por 3 (três) meses;

§3º: A empresa deverá pagar o novo salário de promoção retroativo ao início do período de experiência na hipótese do empregado ser aprovado para a nova função;

§4º: Se o empregado não se adaptar a nova função poderá a empresa fazê-lo voltar para sua antiga atividade, recebendo o salário anterior à promoção, sem que tal ato acarrete em alteração prejudicial do contrato de trabalho, ou rebaixamento funcional.

CLÁUSULA SEXTA – ADIANTAMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Para os empregados que serão admitidos até 31 de dezembro de 2020, as empresas poderão pagar metade da gratificação de Natal – instituída pela Lei nº 4.090/1962 e pela Lei nº 4.749/1965 e prevista no inciso VIII do artigo 7º da CF/88 – relativa ao ano de 2021 até o último dia útil de junho de 2021, tomando-se como base o salário de junho, salvo se o empregado já tiver recebido tal verba por ocasião do gozo de férias ou em circunstâncias que lhe forem mais favoráveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADICIONAL DE HORA EXTRA

As horas extraordinárias serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), sobre a hora normal, durante a semana e 100% (cem por cento) nos domingos e feriados, a partir do depósito da presente convenção.

§1º: Não será devido o pagamento de horas extras quando o excesso de horas de trabalho em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no

período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, na forma do art. 59 § 2º e § 3º da CLT.

§2º: Quando da ocorrência de horas suplementares a jornada normal de trabalho, a remuneração dessas horas, será feita conforme a norma legal vigente.

§3º: Na ocorrência do feriado coincidir com o dia de sábado, os empregados ficam dispensados de compensar aquele dia, durante a semana respectiva.

§4º: As horas suplementares, realizadas após o fechamento da folha de pagamento do mês em curso serão pagas em folha de pagamento do mês subsequente.

CLÁUSULA OITAVA – ADICIONAL NOTURNO

As horas trabalhadas entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 06 (seis) horas da manhã do dia subsequente serão remuneradas com uma sobretaxa de 30% (trinta por cento), considerada, para tal efeito, a hora noturna composta de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

CLÁUSULA NONA – INCORPORAÇÃO DO ADICIONAL NOTURNO

Os empregados transferidos do horário noturno para o diurno, por iniciativa da empresa, e que tenham recebido o adicional noturno por 36 (trinta e seis) meses consecutivos, terão o valor do referido adicional incorporado ao salário.

CLÁUSULA DÉCIMA – SOBREAVISO

O empregado quando escalado para o regime de sobreaviso, através de notificação expressa por escrito da empresa, mediante utilização de e-mail pessoal ou corporativo ou através de documento impresso, fará jus a um adicional de 35% (trinta e cinco por cento) da hora normal durante o período em que permanecer nessa situação.

§1º: Na notificação citada no caput desta cláusula deverá constar o início e fim do período de Sobreaviso.

§2º: O percentual de remuneração previsto no *caput* desta Cláusula, não se aplicará quando o sobreaviso se converter em serviço efetivamente prestado, hipótese em que será devida a hora extraordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

As empresas poderão fixar, em caráter voluntário e não obrigatório, os critérios relativos à Participação nos Lucros e Resultados, a ser distribuída aos seus empregados, de forma a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal e disposto na Lei nº 10.101, de 30/11/2000, a ser instituído por comissão formada pelos próprios empregados e empresários, com a participação de representante do sindicato laboral, que deverá, obrigatoriamente, ser convidado a integrar a mesma, sob pena de nulidade de todo o processo, formalizado por meio de Acordo Coletivo de Trabalho no qual deverá constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da antecipação e regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade de distribuição, período de vigência e prazo para revisão do acordo, bem assim demais critérios e condições, tais como programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente, na forma da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO ACIDENTÁRIO

Em caso de concessão de auxílio-doença e auxílio-acidentário pela Previdência Social, fica assegurada ao empregado complementação direta, ou seguro, não integrada ao salário, em valor equivalente a 100% (cem por cento) da diferença apurada entre a importância recebida do INSS e o salário recebido mensalmente, durante os 6 (seis) primeiros meses da licença.

§1º: A concessão do benefício desta Cláusula será devida aos empregados com mais de 1 (um) ano de vínculo empregatício.

§2º: O pagamento previsto nesta Cláusula deverá ocorrer junto com o dos demais empregados.

§3º: Para concessão, em novo benefício, da complementação a que se refere o caput desta cláusula, haverá uma carência de 12 (doze) meses de trabalho, contados a partir do retorno da licença, entre um e outro benefício do auxílio-doença e auxílio-acidentário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DESPESAS FUNERÁRIAS

Até a data de 31 de janeiro de 2021, os valores das Despesas Funerárias, permanecerá no mesmo valor disposto na CCT anterior, firmada em 2019, a **partir de 1º de fevereiro de 2021**, em caso de morte do empregado (a), serão pagos pela empresa a quantia de R\$ 1.366,53 (um mil e trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos), para fazer face às despesas com funeral, ou poderá a empresa optar pela contratação de seguro de assistência funeral que garanta o atendimento básico em caso de falecimento de seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AUXÍLIO REFEIÇÃO

Até a data de 30 de novembro de 2021 os valores do Auxílio Refeição, permanecerão nos mesmos valores dispostos na CCT anterior, firmada em 2019. A empresa, a **partir de 1º de dezembro de 2020**, fornecerá aos seus empregados tíquetes para auxílio-refeição, ou em outras formas previstas em lei.

§ 1º: O valor de cada tíquete será de R\$ 26,86 (vinte e seis reais e oitenta e seis centavos) para empregados com jornada de 8 (oito) horas diárias, R\$ 19,43 (dezenove reais e quarente e três centavos) para empregados com jornada de 6 (seis) horas diárias e em valores proporcionais nos casos em que exceda a jornada de 15 (quinze) horas semanais.

§2º: O benefício previsto no caput desta cláusula poderá ser concedido opcionalmente na modalidade de tíquete alimentação, desde que haja expressa e formal manifestação do empregado e concordância do empregador, respeitando-se os critérios desta cláusula.

§3º: A concessão descrita no caput tem caráter de antecipação do benefício, podendo ser deduzido dos valores a serem pagos ao trabalhador no mês subsequente ao recebido, ausências de qualquer natureza, faltas, férias e licenças.

§4º: A distribuição dos tíquetes aos empregados não poderá ultrapassar o 5º (quinto) dia útil do mês da respectiva utilização, ressalvadas as situações mais favoráveis aos empregados.

§5º: As empresas que estejam localizadas em áreas de difícil acesso a restaurantes, com distância a partir de 2 quilômetros, e desde que tenham local apropriado, poderão fornecer refeições prontas diariamente aos seus empregados, caso em que se considerará, para todos os efeitos legais, cumprida a concessão do benefício estipulado no caput desta Cláusula.

§6º: Na ocorrência de trabalho extraordinário no mesmo dia para atendimento de demandas excepcionais, que ultrapasse duas horas, deverá ser fornecido ao trabalhador 1 (um) tíquete em valor proporcional a jornada a ser estendida.

§7º: Na ocorrência de trabalho extraordinário fora da jornada normal, com carga horária igual ou superior a metade da jornada normal de trabalho, será fornecido 01 (um) tíquete de valor equivalente ao devido pela jornada normal de trabalho.

§8º: Em qualquer das modalidades em que for concedido o benefício previsto no caput desta cláusula, os empregados serão descontados em seus salários em até 1% do valor do benefício concedido, devidamente discriminado em rubrica própria no contracheque. Os valores despendidos em qualquer das modalidades acima descritas, não terão em nenhuma hipótese, natureza remuneratória, seja ou não oriundo do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), não se integrando ao salário do empregado seja como salário in natura, utilidade ou outros, para todo e qualquer fins de direito, a exemplo do disposto na OJ-SDI 133.

§9º: As empresas poderão, mediante requisição formal de cada empregado, acrescentar o valor devido em tíquete refeição que trata essa cláusula, na verba de benefícios indiretos.

§10º: As empresas com até 40 (quarenta) empregados e que possuam a Certidão de Regularidade Trabalhista Sindical prevista na Cláusula 53ª da presente CCT estão dispensadas do cumprimento desta cláusula, podendo ainda, por liberalidade, conceder o auxílio refeição em valores inferiores aos mínimos previstos nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – BENEFÍCIO INDIRETO

Até a data de 31 de janeiro de 2021, os valores do Benefício Indireto, permanecerão nos mesmos valores disposto na CCT anterior, firmada em 2019. As empresas a **partir de 1º de fevereiro de 2021**, concederão a todos os empregados, individualmente, benefícios indiretos equivalentes ao valor mínimo de R\$ 218,84 (duzentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos) mensais para jornada de 8 (oito) horas diárias e de R\$ 164,34 (cento e sessenta e quatro reais e setenta e trinta e quatro centavos) mensais para jornada de 6 (seis) horas diárias, e em valores proporcionais nos casos em que exceda a jornada de 15 (quinze) horas semanais.

§1º: O pagamento destes benefícios se obterá pela contratação, à escolha da empresa, de quaisquer dos benefícios listados no §3º desta Cláusula.

§2º: Será permitida a combinação de mais de um benefício, preservando-se no seu conjunto, sempre o valor mínimo previsto no caput desta Cláusula, como também será permitida a distribuição de benefícios diferenciados entre os beneficiários, não constituindo, tais escolhas, fundamento para qualquer ação judicial de isonomia.

§3º: A lista de Benefícios Indiretos passa a ser a seguinte:

- a) Seguro/Plano de Assistência Médico-Hospitalar (Produto de Saúde);
- b) Seguro para Assistência Odontológica (Plano Odontológico);
- c) Auxílio-Formação;
- d) Vale Alimentação (compras em supermercado);
- e) Fornecimento de Cesta-Básica;
- f) Ampliação do valor-hora do tíquete refeição e/ou alimentação;
- g) Vale Combustível.

I) Entende-se como auxílio- formação: o custeio de formação em nível fundamental, médio, superior, pós-graduação, extensão, mestrado, doutorado, cursos e provas de certificação técnica.

II) Para efeito do cumprimento das alíneas “a”; “b” e “c” dos incisos anteriores, o

SINDIERJ e/ou o SEPRORJ (TI RIO), firmarão convênios com operadoras de planos odontológico e de saúde; bem como com instituições de ensino e de treinamento a fim de credenciá-las para o cumprimento do benefício previsto nesta Cláusula.

III) O empregado que receber investimentos descritos na alínea “c”, visando seu aperfeiçoamento profissional, em valores acima de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), deverá, a critério da empresa e desde que haja formal concordância do beneficiário, nos casos de pedido de desligamento, reembolsar o empregador os valores investidos sob este título, mediante acordo a ser firmado entre as partes.

§4º: Os benefícios abaixo descritos, somente poderão ser concedidos como forma de complementação da cesta de benefícios descrita no §3º para obediência do valor mínimo previsto no caput desta cláusula:

- a) Ampliação do benefício do Vale-Transporte - para utilização de serviços seletivos e especiais;
- b) Concessão de Seguro de Vida.

§5º: Os benefícios indiretos concedidos aos dependentes do empregado, por solicitação deste, cumprem igualmente a obrigação prevista no caput desta Cláusula.

§6º: Os benefícios de que trata esta Cláusula não poderão ser fornecidos em moeda nacional ou estrangeira, durante o curso do contrato de trabalho.

§7º: Os benefícios indiretos, previstos no caput desta Cláusula, serão devidos aos empregados que estiverem no exercício efetivo de suas funções, bem como àqueles que se encontrarem sob licença maternidade e férias.

§8º: Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o benefício indireto concedido na modalidade de Seguro de Assistência Médico Hospitalar será devido aos empregados afastados por motivo de acidente de trabalho durante os 12 (doze) primeiros meses de licença, ou ainda por motivo de auxílio doença durante os 06 (seis) primeiros meses de licença, devendo para tal serem preenchidos os seguintes requisitos:

- a) O empregado deverá ter mais de um ano de vínculo empregatício com a empresa onde ocorreu o acidente ou a doença;
- b) Deverá ser observado um período de carência de 12 meses, contados a partir do retorno do empregado ao trabalho. Caso o primeiro afastamento não complete 6 (seis) meses, ainda que concedido por motivo de licença maternidade, a concessão do benefício durante o segundo afastamento, se dará pelo período remanescente do primeiro afastamento.

§9º: Única e exclusivamente nos casos descritos no parágrafo 8º acima, será facultado ao empregado, desde que o contrato entre o empregador e a operadora preveja tal possibilidade, passados os prazos de cobertura do benefício pelo empregador, e desde que de comum acordo com este, a permanência no Seguro de Assistência Médico Hospitalar fornecido pelo empregador; arcando, neste caso, com os custos integrais do benefício, os quais deverão ser descontados na folha de pagamento. Retornando ao labor, o ônus do benefício retornará à empresa. Caso o empregado não possua, durante o período do afastamento, valores a receber da empresa, caberá a esta o pagamento dos valores, estando compreendido, quando do ato de opção pela permanência no seguro, como devidamente autorizado pelo empregado o desconto em contracheque dos valores adiantados sob tal rubrica quando de seu retorno, de modo parcelado. Será facultado à empresa, no caso de aposentadoria por invalidez de empregado nesta situação, proceder ao desconto dos valores

remanescentes a este título, em sua integralidade, no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, desde que tais valores não ultrapassem o limite 30% do montante a ser recebido no Termo Rescisório.

§10º: Será facultado para os empregados que comprovarem o recebimento do benefício indireto em duplicidade, o direito de requerer, mediante ofício, de qualquer das empresas onde estiver registrado como empregado, o recebimento de benefício diferenciado. Caberá à empresa escolhida pelo empregado, o direito de opção por quaisquer dos benefícios constantes no parágrafo terceiro desta cláusula.

§11º: As empresas que optem pela concessão do benefício previsto nesta cláusula, na modalidade de Seguro ou Plano de Assistência Médico Hospitalar, desde que concedam cobertura para exames, consultas e internação, a exemplo dos oferecidos pelo SEPRORJ (TI RIO) e pelo SINDIERJ, estarão desvinculadas dos valores fixados no caput.

§12º: Em caso de denúncia ou dúvida quanto ao fornecimento do benefício descrito na alínea “a” desta cláusula, o SINDIERJ deverá solicitar ao SEPRORJ (TI RIO) que intervenha junto à empresa para apresentação de fatura emitida pela administradora do produto de saúde contendo nome dos beneficiários.

§13º: Sem prejuízo do disposto anteriormente, os empregados serão descontados em seus salários, em até 1% (um por cento) do valor total do benefício indireto concedido, devidamente discriminado em rubrica própria no contracheque.

§14º: Será facultado às empresas o desconto em percentual diferenciado, desde que sejam provenientes de políticas internas mais benéficas aos empregados e desde que seja devida e expressamente instrumentalizado por via de Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado entre empresa, SINDIERJ e o SEPRORJ (TI RIO), ressalvado a hipótese de concessão do benefício indireto na modalidade de Assistência Médico Hospitalar (produto de saúde), em que sendo garantido a utilização do plano básico previsto no §11º da presente cláusula, poderá a empresa apresentar aos seus empregados proposta de utilização de um produto de saúde superior (*upgrade*) ao disposto no referido §11º, podendo descontar no salário do empregado até o limite máximo do valor da diferença em relação ao plano de saúde básico, sem a necessidade de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho e, conseqüentemente, realização de assembleia de votação de acordo, desde que a empresa seja associada ao SEPRORJ.

§15º: Os valores despendidos em qualquer das modalidades acima descritas, não terão em nenhuma hipótese, natureza remuneratório, não se integrando ao salário do empregado seja como salário in natura, utilidade ou outros, para todo e qualquer fins de direito, a exemplo do disposto na OJ-SDI 133 e do disposto no §2º do artigo 458 da CLT.

§16º: As empresas com até 40 (quarenta) empregados e que possuam a Certidão de Regularidade Trabalhista Sindical prevista na Cláusula 53ª da presente CCT estão dispensadas do cumprimento desta cláusula, podendo ainda, por liberalidade, conceder o benefício indireto em valores inferiores aos mínimos previstos nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – AUXÍLIO CRECHE

Com base no disposto no §1º do Artigo 389 da CLT combinado com o disposto na Portaria nº 3.296/1986 do MTE, as empresas reembolsarão, na vigência do contrato de trabalho, a título de Auxílio Creche, até o valor mensal limite de R\$ 201,61 (duzentos e um reais e sessenta e um centavos), partir de 1º de fevereiro de 2021, para cada filho, pelo período de 7 (sete) meses após o retorno da licença maternidade, as despesas realizadas e comprovadas, mensalmente, com o

internamento destes em creches. Até a data de 31 de janeiro de 2021, os valores do Auxílio Creche permanecerá no mesmo valor disposto na CCT anterior, firmada em 2019,

Parágrafo único: As empresas com até 40 (quarenta) empregados e que possuam a Certidão de Regularidade Trabalhista Sindical prevista na Cláusula 53ª da presente CCT estão dispensadas do cumprimento desta cláusula, podendo ainda, por liberalidade, conceder o auxílio creche em valores inferiores aos mínimos previstos nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EMPRÉSTIMO DE FÉRIAS

No retorno das férias anuais do empregado que houver recebido adiantamento de férias, o empregado poderá solicitar ao empregador, em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir do seu retorno das férias, um empréstimo, cuja base de cálculo será o valor correspondente ao da remuneração do mês em referência, que será pago mediante desconto em folha, em 08 (oito) parcelas iguais e sucessivas nos meses subsequentes ao mês em que foi concedido o empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTO

Desde que autorizadas por seus Empregados, ficam as Empresas incumbidas de proceder aos descontos em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento das prestações dos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, aos respectivos empregados, desde que regidos pela CLT e nos exatos termos da Lei nº 10.820/2003 e Decreto nº 4.840/2003.

Parágrafo Único: Com fulcro, em especial nos incisos I e II do artigo 3º e nos parágrafos 1º, 2º, 4º e 5º do artigo 4º da Lei nº 10.820/2003 e dos parágrafos 1º, 2º, 4º, e 6º do artigo 4º e o inciso I do artigo 5º do Decreto nº 4.840/2003, os Sindicatos convenientes ficam autorizados a apresentar as empresas ora representadas pelo SEPRORJ (TI RIO), acordo firmado com Instituição Consignatária, utilizando-se dos melhores critérios e condições de taxas e prazos a fim de viabilizar e agilizar a aplicação dos referidos diplomas legais, aos empregados que dele desejarem se utilizar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – HOMOLOGAÇÃO DE DEMISSÃO

A empresa poderá se apresentar perante o SINDIERJ para a realização do ato homologatório da rescisão do contrato de trabalho dos seus respectivos empregados, observadas as seguintes regras:

§1º: O SINDIERJ cobrará taxa administrativa para realização do ato de homologação do Termo de Rescisão Contratual Trabalhista.

§2º: O agendamento do ato de homologação do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho será realizado através do e-mail sindierjpresidencia@gmail.com, por iniciativa da empresa.

§3º: Não comparecendo o empregado, quando da homologação, a empresa dará conhecimento do fato ao SINDIERJ, mediante comprovação do envio de carta, telegrama ou e-mail de notificação do ato.

§4º: Na hipótese do parágrafo anterior, o SINDIERJ fornecerá a empresa uma declaração de que a mesma compareceu no dia e horário marcado para a homologação e de que o trabalhador notificado não compareceu.

§5º: Será concedida a tolerância de 20 minutos a partir do horário de agendamento da homologação. Após o término do período de tolerância, o SINDIERJ fornecerá uma declaração de

comparecimento para a parte presente. No entanto, a declaração de comparecimento para a empresa está condicionada aos documentos comprobatórios descritos no §3º.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – REDUÇÃO DE JORNADA NO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

O horário normal de trabalho empregado, durante o prazo do aviso será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

§1º: É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das duas horas diárias previstas nesta cláusula, caso em que poderá faltar ao serviço por sete dias corridos sem prejuízo do salário integral.

§2º: Sempre que, houver a substituição de uma empresa prestadora de serviços, por outra, na mesma unidade tomadora de serviços, fica o empregado dispensado do cumprimento do aviso prévio e o empregador do respectivo pagamento, mediante comunicação escrita do empregado de obtenção de um novo emprego documentado pelo novo empregador que irá substituir a anterior prestadora de serviços, bem como, fica vetada a admissão deste empregado na forma de contrato de experiência por este novo empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Gozarão de estabilidade provisória, salvo por motivo de justa causa para demissão:

- a) A gestante, desde a constatação da gravidez, até 120 (cento e vinte) dias após o término da licença maternidade;
- b) O empregado, por 90 (noventa) dias após ter recebido alta médica, que por doença tenha ficado afastado por tempo igual ou superior a 60 (sessenta) dias e tenha mais de 9 (nove) meses de vínculo empregatício com a empresa, anterior ao afastamento;
- c) O empregado, por 12 (doze) meses imediatamente anteriores à complementação de tempo para aposentadoria pela Previdência Social, que tiver no mínimo de 3 (três) anos de vínculo empregatício com a empresa;
- d) O empregado, por 12 (doze) meses, quando reaproveitado por motivo de acidente de trabalho.
- e) O empregado marido ou companheiro de gestante, por 60 (sessenta) dias contados a partir do 8º (oitavo) mês de gestação, desde que comprove a gravidez e o período em que a mesma se encontra.

§1º: Quanto aos empregados na proximidade da aposentadoria, de que trata a alínea "c" desta Cláusula, deve-se observar que a estabilidade provisória será adquirida a partir do recebimento, pela empresa, de comunicação do empregado, por escrito, sem efeito retroativo, noticiando reunir ele as condições previstas. A estabilidade se extinguirá, se a aposentadoria não for requerida imediatamente após completado o tempo mínimo necessário à sua aquisição.

§2º: A estabilidade provisória, prevista nesta cláusula, não compreende, também, os casos de extinção do contrato de trabalho por motivo de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – GARANTIA NO EMPREGO

Gozarão de garantia temporária de emprego, salvo por motivo de justa causa para demissão:

- a) Por 90 (noventa) dias, os empregados que adotarem, legalmente, menor de até 6 (seis) anos de idade e que tenham expressamente notificado à empresa, mediante apresentação de prova da

decisão judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de sua emissão;

b) Por 90 (noventa) dias, o pai, após o nascimento do filho, desde que a certidão respectiva tenha sido entregue à empresa no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data do parto;

c) Por 90 (noventa) dias, a empregada, nos casos de aborto previstos em lei, desde que o atestado médico comprobatório tenha sido entregue à empresa no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data da ocorrência do aborto.

Parágrafo Único: A empresa poderá dispensar o empregado, no curso do período em que o mesmo desfruta das garantias temporárias previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta Cláusula, devendo, neste caso, considerar como aviso prévio o período restante, coberto por ditas garantias, desde que não seja menor que o aviso prévio legal, caso em que este prevalece.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FUSÃO DE EMPRESAS

Em caso de fusão de empresas, nos termos do artigo 10º da CLT, os empregados serão beneficiados com as cláusulas mais favoráveis, observada a isonomia funcional e salarial, assegurados os direitos dos estáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – SUBSTITUIÇÃO

Fica garantido ao empregado admitido para função de outro, dispensado sem justa causa, igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

Parágrafo Único: Em caso de substituição eventual, por período superior a 20 (vinte) dias, o substituto receberá desde o primeiro dia e somente enquanto perdurar a situação, uma gratificação de substituição, correspondente à diferença entre o seu salário-básico e o menor salário da função exercida. Essa gratificação de substituição não se integrará ao salário-básico do substituto para nenhum efeito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – JORNADA DE TRABALHO

A jornada normal de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as seguintes jornadas especiais:

a) Os que trabalham em turno ininterrupto de revezamento terão jornada diária de 6 (seis) horas (36 horas semanais), na forma do inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Os digitadores, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 17 expedida pelo MTE, terão jornada de 30 (trinta) horas semanais;

c) Os empregados que trabalham ininterruptamente no preparo e conferência do setor de entrada de dados terão jornada de 30 (trinta) horas semanais em atividades repetitivas e ininterruptas, combinada com jornada de 10 (dez) horas em outra função que não exija esforços repetitivos, divididas tais jornadas, igualmente, pelos dias trabalhados;

d) A jornada diária dos digitadores, e a parcial de 30 (trinta) horas dos empregados caracterizados pela alínea "c", deverá observar a seguinte conformação:

50 minutos de trabalho por 10 minutos de descanso;

50 minutos de trabalho por 10 minutos de descanso;

50 minutos de trabalho por 10 minutos de descanso;

10 minutos de descanso por 50 minutos de trabalho;

10 minutos de descanso por 50 minutos de trabalho;
10 minutos de descanso por 50 minutos de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – ABONO ESTUDANTE

Mediante aviso prévio com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito ou por e-mail, será compensada a falta do empregado estudante, matriculado em curso regular e curricular, no dia de prova escolar desde que comprovada sua realização em dia e hora incompatíveis com o comparecimento do empregado ao serviço, devendo a referida comprovação ser feita por meio de declaração escrita do estabelecimento de ensino.

§1º: A compensação desta falta será acordada entre as partes devendo ser realizada em até 30 (trinta) dias úteis contados a partir da realização de cada prova escolar obrigatória, bem como não será computada como horas extraordinárias para todos os efeitos legais.

§2º: Passados os 30 (trinta) dias úteis de que trata o parágrafo anterior sem a devida compensação, a empresa poderá efetuar o respectivo desconto.

§3º: Na hipótese da empresa não ter disponibilizado horário, além da jornada normal de trabalho do empregado, deverá ser abonada a falta relativa à hipótese de que trata o caput desta cláusula.

§4º: Com relação ao exame vestibular para ingresso em instituição de ensino superior, as faltas serão abonadas segundo dispõe o inciso VII do artigo 473 da CLT, cuja comprovação se dará mediante a apresentação da respectiva inscrição e do calendário dos referidos exames, publicado pela imprensa ou fornecido pela própria instituição de ensino.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – UTILIZAÇÃO DE CONTROLE DE JORNADA POR MEIO DE SISTEMAS ALTERNATIVOS

De acordo com o disposto no artigo 1º da Portaria nº 373 de 25 de fevereiro de 2011 do MTE, fica autorizado, pela presente Convenção Coletiva, a adoção de sistemas alternativos de controle da jornada de Trabalho pelas empresas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – BANCO DE HORAS

Com base no disposto no §5º e no §6º do artigo 59 da CLT incluídos pela Lei nº 13.467/2017, as empresas poderão criar seu Banco de Horas, por meio de acordo individual por escrito celebrado diretamente com seu empregado, obedecidos os seguintes critérios.

§1º: As horas incluídas no Banco de Horas não poderão ultrapassar o limite de 180 (cento e oitenta) dias, devendo ser compensadas ou pagas neste período.

§2º: O parâmetro de compensação de horas será entendido da seguinte forma:

- a) As horas compensadas dentro do mês em que foram efetivamente laboradas terão como parâmetro de compensação 1 (uma) hora trabalhada, por 1 (uma) hora compensada.
- b) Caso não haja a possibilidade de acerto no período a que se refere a alínea “a”, o parâmetro de compensação das horas positivas laboradas no mês seguinte será compreendido como 1 (uma) hora trabalhada, por 1,5 (uma hora e meia) compensada;

§3º: Nos casos de compensação nos dias-pontes, a empresa poderá utilizar as horas acumuladas no Banco de Horas no parâmetro de 1 (uma) hora trabalhada, por 1 (uma) hora compensada, mesmo

que o dia-ponte em questão recaia em mês posterior ao mês em que a hora foi efetivamente laborada, respeitando o período de 180 (cento e oitenta) dias o qual se refere o parágrafo 1º.

§4º: Para efeitos do parágrafo anterior, se considera **dia-ponte** o dia útil que recai numa segunda-feira anterior a um feriado que recaia numa terça-feira e o dia útil que recai numa sexta-feira posterior a um feriado que tenha recaído na quinta-feira.

§5º: Serão consideradas como horas positivas, as horas que ultrapassarem a oitava hora do dia nas jornadas normais e à sexta hora do dia nas jornadas de seis horas;

§6º: As horas negativas poderão ser incluídas no Banco de Hora, sendo sempre utilizado o parâmetro de compensação de 1 (uma) hora trabalhada por 1 (uma) hora compensada.

§7º: As horas extraordinárias realizadas em descanso semanal remunerado, (Domingos e Feriados Nacionais, Estaduais e Municipais) não poderão fazer parte do Banco de Horas, portanto, não poderão ser compensadas e serão pagas com o adicional previsto na Cláusula Sétima desta Convenção Coletiva;

§8º: No caso de rescisão do contrato de trabalho, far-se-á a apuração das horas extras do período efetivamente trabalhado, o mesmo critério será aplicado na hipótese de interrupção ou suspensão do contrato de trabalho, inclusive no caso de férias;

§9º: A compensação das horas positivas apuradas na conformidade dos dispositivos supra, poderá mediante acordo entre empregados e empresas, ser efetivado com a concessão de férias complementares correspondentes;

§10º: As Empresas informarão mensalmente aos seus empregados o volume de horas acumuladas;

§11º: O empregado que desejar ausentar-se do serviço poderá fazê-lo mediante pré-aviso a empresa, com prazo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, utilizando-se de suas horas acumuladas no banco de horas. Não sendo considerada sua ausência como falta, para todos os efeitos legais.

§12º: O empregado que desejar ausentar-se do serviço, mas que não tenha saldo positivo no Banco de Horas, mediante pré-aviso a empresa e desde que haja concordância da mesma, poderá fazê-lo com prazo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo tais horas negativas serem incluídas no Banco de Horas para futura compensação.

§13º: O empregado que desejar ausentar-se do serviço por motivo de emergência médica, mas que não tenha saldo positivo no Banco de Horas, poderá fazê-lo, devendo tais horas negativas serem incluídas no Banco de Horas para futura compensação e desde que seja comprovado através de declaração de comparecimento a qual deverá ser entregue a empresa no prazo de 48 (quarenta e oito horas) a partir do retorno ao trabalho.

§14º: As empresas poderão criar Banco de Horas por um período superior a 180 (cento e oitenta) dias ou com regras diferentes das previstas nesta cláusula, desde que seja feito por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado pelo SINDIERJ e pelo SEPRORJ (TI RIO)

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO TRABALHO À DISTÂNCIA (TELETRABALHO OU HOME OFFICE).

Com base no art.6º da CLT, com relação dada pela Lei nº 12.551/2011, as empresas poderão implementar políticas de flexibilização do local de trabalho, visando a melhoria de sua produção e a qualidade de vida dos seus empregados:

§1º) A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho observará o disposto nesta cláusula, bem como também prevalecerá sobre o que conflitar com os artigos 75 C e seus parágrafos 1º e 2º da CLT.

§2º) A prestação de serviços pelo empregado, na modalidade de teletrabalho será a mesma dispostas em seu contrato individual de trabalho, em contrário, ou seja, caso haja alteração de suas atividades, estas deverá constar expressamente de novo contrato individual de trabalho.

§3º) Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial, ou o oposto, por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de 7 (sete) dias, sempre de comum acordo, entre empregado e empresa.

§4º) Para fins desta norma coletiva o *Home Office* é considerado como o trabalho desenvolvido em prol do empregador direto da residência do empregado, para toda e qualquer prestação de serviços habitual realizada remotamente, de forma preponderante ou não, fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo, não se confundindo com a atividade externa prevista no inciso I do artigo 62 da CLT. Em caso de utilização do sistema misto/híbrido, em que se utiliza o trabalho presencial e o Teletrabalho, com o mesmo empregado, a empresa deverá ajustar com seu empregado por meio de Acordo Individual de Trabalho, todas as implicações, como a questão do Vale transporte.

§5º) Os trabalhadores que prestam seus serviços no regime de *Home Office*/Teletrabalho aplica-se o disposto no inciso III do artigo 62 da CLT e dessa forma a jornada não será fiscalizada a teor do artigo 74 da CLT e também não serão consideradas para todos os efeitos legais, o pagamento de horas extras, devendo tal condição ser anotada na carteira profissional. A critério exclusivo da Empresa, poderá ser aplicado o controle de jornada, mantidos os limites de jornada de trabalho previstos na Convenção Coletiva, cabendo ao empregador ajustar por meio de Acordo Coletivo ou Individual de Trabalho a forma de controle de jornada que será utilizada.

§6º) O regime de teletrabalho não se equipara, para nenhum efeito, ao *telemarketing* ou teleatendimento.

§7º) Os EMPREGADOS que aderirem a modalidade de Acordo Coletivo de Trabalho de Teletrabalho, Home Office ou Trabalho a Distância, não terá afetado suas cláusulas contratuais anteriormente firmadas com a EMPRESA, inclusive no que diz respeito ao cumprimento as demais cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

§8º) Nenhum empregado poderá ser obrigado a aderir a modalidade de contrato de trabalho na forma de Teletrabalho, Home Office ou Trabalho a Distância.

§9º) O EMPREGADO em regime de Teletrabalho, Home Office ou Trabalho a Distância poderá ser convocado a comparecer nas instalações da EMPRESA ou do cliente, por meio de correspondência

eletrônica, (e-mail) ou telefone, para participar de reunião ou resolver algum problema específico, dentro do seu horário contratual de trabalho, sem que isto signifique a quebra do presente. Da mesma forma o EMPREGADO terá franqueado seu livre acesso, em horário comercial, às dependências da empresa, sem que signifique ruptura do presente.

§10º) O empregado que se encontre em regime de teletrabalho deverá receber o vale-transporte, tão somente, pelo valor correspondente ao dia que for obrigado a comparecer de forma presencial, sendo vedado o desconto, ainda que proporcional, do percentual sobre o salário.

§11º) A organização e conservação do local de trabalho domiciliar serão de responsabilidade do EMPREGADO, entretanto, o empregador deverá, a partir de agora, instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho e o empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas por seu empregador.

§12º) Em caso de doença/acidente, ocorrido no período de *Home Office*, que venha a provocar o afastamento do EMPREGADO, este deverá relatar à EMPRESA o ocorrido no prazo máximo de 48 horas, para adoção das medidas cabíveis. A comunicação poderá ser feita por terceiro, caso o EMPREGADO, dado a doença ou acidente, esteja impossibilitado de tal.

§13º) Fica o empregado que esteja trabalhando em regime de *Home Office*, obrigado à comunicar de imediato a empresa, sobre a ocorrência de qualquer defeito ou problema em equipamentos/programas que esteja utilizando, sejam eles de sua propriedade ou no caso da empresa, se por ventura, esta lhe tenha cedido, a fim de serem feitos os reparos ou substituição, o mais rápido possível. Nesse caso, a empresa, a seu inteiro critério, poderá determinar a suspensão imediata do regime de trabalho em *Home Office* do empregado e seu retorno ao trabalho presencial em outro local a ser determinado pela empresa.

§14º) No caso de novos empregados, que a empresa deseje incluir no Teletrabalho/Trabalho a Distância/Home Office, caberá a ela verificar a necessidade de aquisição, empréstimo ou locação, dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação de serviços de seu empregado, a fim de executar o trabalho remoto para o qual foi devidamente designado e caso esse empregado não os possua, no todo ou em parte, ficando o empregado com a responsabilidade pela manutenção e preservação dos equipamentos fornecidos pela empresa.

§15º) O trabalho realizado no regime previsto na presente cláusula deverá ser prestado pelo empregado de forma pessoal, com atenção as regras de confidencialidade, ficando vedado o acesso ao sistema da empresa e utilização dos equipamentos por terceiros, sendo o empregado único responsável pela manutenção do dever de confidencialidade das informações a que tem acesso em razão do contrato de trabalho, relativas a empresa, seus clientes e terceiros, vedadas quaisquer impressões, cópias ou reproduções, físicas ou eletrônicas, sem a prévia e expressa autorização e conhecimento da empresa, e por adotar todos os meios necessários para impedir que caiam em domínio público ou de terceiros, inclusive a participação reservada em reuniões por videoconferência ou por áudio.

§16º) O empregador fica responsável por disponibilizar canal de acesso corporativo para o empregado se comunicar com a empresa e vice-versa.

§17º) A Empresa que tiver necessidades mais específicas que não estejam previstas na presente cláusula, para implementação do regime de Teletrabalho/Home Office, poderá por meio de Acordo Coletivo ou Individual de Trabalho, a ser homologado pelo SINDIERJ e pelo SEPRORJ (TI RIO), firmar novas condições de trabalho, sempre garantindo condições mínimas de saúde e ergonomia para cumprimento das normas regulamentadoras sobre segurança e saúde do trabalhador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – APOIO AO EMPREGADO COM DEPENDENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

O empregado que tenha dependente deficiente poderá ter direito a horário flexível, mediante apresentação de parecer médico, e de comum acordo com a empresa, inclusive para fins de compensação do horário, que não será computado como horas extraordinárias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – FÉRIAS

O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá cair nos sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

§1º: Conforme previsto no *caput* do artigo 135 da CLT, será informado pela empresa, ao empregado, com 30 (trinta) dias de antecedência, o início do gozo de suas férias.

§2º: É facultado ao empregado, desde que não conflite com as necessidades da empresa e que haja anuência da mesma, solicitar o gozo de férias em até 3 (três) períodos, sendo que um dos períodos não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais períodos não poderão ser inferiores a 5 (cinco) dias corridos, cada um.

§3º: Conforme previsto no artigo 145 da CLT, o pagamento da remuneração das férias, incluindo o 1/3 (um terço) previsto no inciso XVII da CF/88 e, se for o caso, o abono previsto no artigo 143 da CLT, serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período de gozo das férias.

§4º: Na hipótese de parcelamento do período de gozo das férias, conforme previsto no §2º desta cláusula ou conforme previsto no §1º do artigo 134 da CLT com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, o pagamento da remuneração do respectivo período das férias a ser gozado, incluindo o 1/3 (um terço) previsto no inciso XVII da CF/88, deverá ser efetuados até 2 (dois) dias antes do início de cada período de gozo das férias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – AUSÊNCIAS LEGAIS

As ausências legais relativas aos incisos I e II do artigo 473 da CLT, bem como as incluídas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam assim fixadas:

- I) 03 (três) dias úteis consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente ou descendente;
- II) 05 (cinco) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento ou comprovação de União Estável, registrada em cartório;
- III) 01 (um) dia útil em caso de internação ou acompanhamento hospitalar, consultas ou exames, nos quais seja obrigatória a presença de um acompanhante, e desde que seja comprovadamente o empregado a única pessoa disponível para cumprir esta tarefa. Esse acompanhamento se aplica tão somente ao cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente, devidamente comprovado. Em caso de necessidade de mais dias, o empregado terá direito a

se ausentar por até 05 (cinco) dias efetivos de internação.

§1º: Entende-se por ascendente o pai e a mãe e, por descendente, os filhos, na conformidade da Lei Civil.

§2º: Para o empregado fazer jus às ausências legais previstas nesta cláusula, terá de apresentar documento comprobatório até 2 (dois) dias úteis após o retorno ao trabalho, devendo ainda o empregado efetuar um simples comunicado eficaz à empresa informando a de seu período de afastamento.

§3º: O benefício previsto no inciso “III” só poderá ser utilizado a cada ano de vigência da presente Convenção Coletiva, ou seja, no período de 01/09/2019 a 31/08/2020 e no período de 01/09/2020 a 31/08/2021, por empregado, observado o limite anual de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO

No caso de ausência do empregado por motivo de doença do mesmo, prevista no §3º do artigo 60 da Lei nº 8.213/91 e no artigo 75 do Decreto nº 3.048/99, o empregado terá até 2 (dois) dias úteis após o retorno ao trabalho para entregar o atestado médico à empresa, devendo ainda o empregado efetuar um simples comunicado eficaz à empresa informando a de seu período de afastamento.

Parágrafo único: caso esse afastamento se estenda por prazo superior a 5 (cinco) dias, esse atestado/comprovante deverá ser entregue à empresa pelo próprio empregado ou por terceira pessoa no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do início do afastamento por meio eficaz a fim de que a empresa possa ter pleno conhecimento do período de ausência do empregado a fim de tomar medidas que não prejudique o curso normal de suas atividades.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

A cada ano de vigência da presente Convenção Coletiva, ou seja, no período de 16/10/2020 a 30/09/2021 as empresas abonarão uma falta do empregado para tratar de assunto particular, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) Ter o empregado mais de 1 (um) ano de tempo de serviço na empresa;
- b) Não possuir, no ano antecedente ao período de gozo do benefício, faltas, advertência, notificação e/ou suspensão;
- c) Ficará a critério da administração da empresa limitar ou ampliar o número de empregados a utilizar este benefício na mesma data, sendo do mesmo setor;
- d) Os dias abonados poderão ser agregados às férias, desde que haja concordância do empregado;
- e) O dia de abono não utilizado em cada ano de vigência desta CCT não serão cumulativos para os períodos seguintes;
- f) O empregado escolherá o dia a ser abonado de comum acordo com a empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DAS LICENÇAS

As empresas concederão ao (à) empregado (a), desde que devidamente comprovado:

a) 05 (cinco) dias de licença ao empregado que legalmente adotar criança menor de 6 (seis) anos de idade. Às empregadas que adotarem crianças até 8 anos de idade serão assegurados os períodos de licença descritos no artigo 392-A da CLT;

b) 05 (cinco) dias úteis de licença paternidade, de acordo com o ato das disposições transitórias, artigo 10º, inciso II, § 1º, da Constituição Federal;

c) 120 (cento e vinte) dias de licença gestante de acordo com o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal;

d) Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois intervalos de meia hora ou será facultado à empregada sair 1 (uma) hora antes ou entrar 1 (uma) hora depois, sendo sua jornada de oito horas, e proporcionalmente nas jornadas menores.

Parágrafo Único: Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses, previsto na alínea “d” desta Cláusula será dilatado, desde que haja prescrição médica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – REDUÇÃO DE STRESS

Recomenda-se a adoção das seguintes medidas com o fito de reduzir o stress:

- a) música ambiente;
- b) plantas nos locais de digitação;
- c) posicionamento do equipamento, possibilitando maior integração;
- d) reunião com frequência nos setores para discussão dos problemas de cada equipe;
- e) cores neutras, destacando-se pelo verde e evitando-se o branco, o cinza e o preto;
- f) adoção de exames de saúde periódicos que levem em conta fatores específicos da função exercida pelo trabalhador, com o objetivo de diagnosticar, previamente, doenças profissionais;
- g) proibição do ato de fumar no ambiente de digitação; e
- h) realização de ginástica laboral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – CIPA

As empresas representadas pelas entidades patronais providenciarão a instalação da CIPA, quando exigível pela legislação vigente.

Parágrafo Único: O fato de o empregado ter sido eleito para CIPA, não impede que o mesmo também concorra às eleições de OLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – EXAME MÉDICO DEMISSIONAL E PCMSO

Acordam as partes, em complementação à Norma Regulamentadora nº 7, que será dispensada a realização de exame médico demissional para os empregados cujo desligamento da empresa venha a ocorrer até 270 (duzentos e setenta) dias do último exame médico ocupacional, nos termos da Portaria nº 8, de 08 de maio de 1996, expedida pelo MTE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – MÉDICO COORDENADOR

Observando as disposições da Portaria nº 8, de 08 de maio de 1996, expedida pelo MTE, que altera a Norma Regulamentadora nº 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), no seu item 7.3.1.1, ficam as empresas, ali enquadradas, desobrigadas de indicar e manter a figura do médico coordenador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – ACESSO À PRODUÇÃO DIÁRIA

Para cumprimento da Norma Regulamentadora nº 17 expedida pelo MTE, será disponibilizada, para consulta, a produção diária de cada digitador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – EMISSÃO DE CAT

Quando os trabalhadores acusarem sintomas de lesões por esforços repetitivos e distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (LER/DORT) será obrigatório o preenchimento da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) pela empresa; no caso de omissão desta, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação por escrito, fica autorizado o preenchimento pelo próprio solicitante, o que será dado como firme e valioso pela empresa, de acordo com o §1º do artigo 22 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§1º: Todo trabalhador que vier a apresentar lesão, devido à doença ocupacional, deverá ser reaproveitado pela empresa em outra atividade, após o retorno da licença médica do INSS.

§2º: Ficam obrigadas as empresas a fornecer, no prazo de 30 (trinta) dias, às entidades sindicais, tanto a patronal quanto a laboral, cópia da CAT emitida conforme previsto no caput desta Cláusula, após a caracterização da doença ocupacional pelo INSS.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DOENÇAS PROFISSIONAIS: MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As empresas promoverão a proteção e prevenção a doenças profissionais, adequando o ambiente de trabalho às seguintes medidas:

- a) fornecimento de cadeira regulável na altura do assento a fim de possibilitar uma posição adequada ao Digitador ante a máquina;
- b) manutenção da temperatura no ambiente de trabalho nos níveis propícios;
- c) após o retorno das férias, durante a primeira semana de trabalho, não poderá ser exigida produção aos digitadores superior a 75% do limite fixado no item 17.6.4, b, da Norma Regulamentadora nº 17 expedida pelo MTE.

Parágrafo Único: Sempre que o **SINDIERJ** tiver necessidade, em face de denúncia concreta, poderá solicitar ao **SEPRORJ (TI RIO)** que intervenha junto à empresa para apresentação do PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais) avaliando os riscos existentes no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – ACESSO LIVRE DO DIRIGENTE SINDICAL

Ao dirigente sindical será permitida a visita às empresas, conforme agenda firmada entre as partes, para cumprimento das atividades inerentes à sua função, de forma a não prejudicar o funcionamento e a ordem na empresa.

Parágrafo Único: A empresa disponibilizará data, hora e local para o estabelecido no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO (OLT) - REPRESENTANTES SINDICAIS

Nas empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, será facultado ao **SINDIERJ** promover a escolha, fora das dependências da empresa, de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores e o Sindicato de classe, nos termos do artigo 11 da Constituição Federal. Este representante terá um suplente que atuará nas ausências do efetivo.

§1º: Fica assegurada estabilidade provisória durante o período de mandato, exceto quando a

demissão se der por justa causa, devidamente comprovada;

§2º: O mandato será de 1 (um) ano, não sendo permitida a reeleição.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – DELEGADOS SINDICAIS

Segundo lhe faculta o §2º do artigo 517 da CLT, o SINDIERJ poderá instituir delegacias ou seções em locais a serem definidos, que terão como objetivo, a proteção não só dos associados, mas de toda a categoria, a melhoria das relações do trabalho e a fiscalização quanto ao cumprimento da presente Convenção Coletiva, nas respectivas regiões.

§1º: Serão eleitos 3 (três) delegados sindicais, mediante processo eletivo dentre os membros da categoria para exercício de mandato de representação sindical, e gozarão de estabilidade equivalente aos demais dirigentes sindicais;

§2º: O SINDIERJ poderá solicitar a liberação das funções normais destes dirigentes sindicais, além dos já liberados pela Cláusula 46ª desta Convenção Coletiva, para atuarem como delegados sindicais, arcando o SINDIERJ com o ônus de tais liberações.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

As empresas, em conjunto, liberarão 3 (três) dirigentes sindicais para ficarem à disposição do SINDIERJ, sem ônus para o mesmo.

§1º: Somente estarão obrigadas as empresas com mais de 100 (cem) empregados, sendo no máximo 2 (dois) por empresa.

§2º: Fica facultado ao dirigente sindical que for eleito a escolha pela liberação integral ou parcial. Quanto a quem será escolhido para ficar liberado pelo sindicato será decidido em reunião executiva do sindicato em questão.

§3º: Durante todo o período em que os dirigentes sindicais estiverem à disposição do SINDIERJ, caberá ao empregador manter o pagamento dos salários, bem como os benefícios estipulados na Cláusula 14ª e na Cláusula 15ª desta Convenção Coletiva, observando ainda os aumentos normativos que venham a ocorrer.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – CONTRIBUIÇÃO PARA FORTALECIMENTO SINDICAL LABORAL

A empresa procederá desconto em folha de pagamento de seus empregados não sindicalizados o importe de 1% (um por cento) do primeiro salário após o reajuste salarial previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho, em benefício do SINDIERJ, conforme deliberação da assembleia dos trabalhadores, na formado art. 8º inciso IV da Constituição Federal.

§1: Fica assegurado ao empregado que for sindicalizado, o não desconto da contribuição acima.

§2º - Somente serão aceitas as cartas de oposição ao desconto no SINDIERJ, nos horários compreendidos das 10:00 horas às 14:00 horas de segunda a quarta feira.

§3º - As empresas terão até o 5º dia útil do mês que incidir o desconto, para repassar os valores ao Sindicato (SINDIERJ), mediante depósito bancário, enviando o comprovante de pagamento e a relação dos descontos por e-mail ou na sede do SINDIERJ, sito a Rua Alvaro Alvim nº 31, sala 1401, Centro, Rio de Janeiro/RJ, os depósitos deverão ser efetuados no:

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência: 3225

Conta Corrente: 1057-6

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – CONTRIBUIÇÃO PARA FORTALECIMENTO SINDICAL PATRONAL

Conforme deliberado pelas empresas do setor na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14/09/2017, e ratificada na assembleia realizada em 07/10/2019 a qual aprovou a CCT referenciada no preâmbulo e base do presente termo, bem como as demais realizadas, e, para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais do setor de Informática/Tecnologia da Informação, inclusive em questões judiciais ou administrativas, conforme previsto no inciso III do artigo 8º da Constituição Federal; para cumprimento das prerrogativas do sindicato previstas no artigo 513 da CLT; e para cumprimento dos deveres do sindicato previstos no artigo 514 da CLT, todas as empresas que possuam um ou mais dos seguintes códigos da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) 1830-0/03, 6190-6/01, 6190-6/02, 6201-5/01, 6202-3/00, 6203-1/00, 6204-0/00, 6209-1/00, 6311-9/00, 6319-4/00, 8219-9/99, 8599-6/99, 8599-6/03, 9329-8/04 e/ou 9511-8/00, com CNPJ (matriz e/ou filial) localizadas no Estado do Rio de Janeiro, integrantes da categoria econômica, assim definidas no artigo 511, parágrafo primeiro da CLT, deverão recolher a Contribuição para Fortalecimento Sindical Patronal, a qual será regulamentada pela diretoria do SEPRORJ (TI RIO), observados os seguintes critérios:

§1º: A diretoria do SEPRORJ (TI RIO), ao regulamentar a contribuição prevista nesta cláusula, deverá observar os critérios de razoabilidade e transparência, devendo informar às empresas do setor, com antecedência hábil, os critérios de cálculo da referida contribuição;

§2º: Na forma descrita no Estatuto do SEPRORJ (TI RIO), as empresas associadas ao SEPRORJ (TI RIO) que recolhem a mensalidade relativa à associação – mensalidade esta regularmente aprovada na assembleia geral ordinária que ocorre no mês de abril de cada ano – estão dispensadas da obrigatoriedade do recolhimento da contribuição prevista nesta cláusula;

§3º: O recolhimento da contribuição deverá ser efetuado até o último dia útil do mês de junho, por meio de boleto bancário pré-emitido pelo SEPRORJ (TI RIO);

§4º: Os recolhimentos fora do prazo legal serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento), e de juros de 1% (um por cento) por mês de atraso.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – TAXA DE RESSARCIMENTO PATRONAL

Fica estabelecida a taxa de ressarcimento patronal nos termos da AGE realizada no dia 07/10/2019 a qual aprovou a CCT referenciada no preâmbulo e base do presente termo, bem como as demais realizadas; e conforme parecer emitido pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público Federal através da Nota Técnica nº 02, de 26 de outubro de 2018; para cumprimento das prerrogativas e deveres previstos nos incisos III e VI do artigo 8º da Constituição Federal c/c os artigos 513 e 514 da CLT; cujo objetivo é exclusivamente de ressarcir as despesas relativas ao processo de negociação da presente Convenção Coletiva de Trabalho. A referida taxa será devida pelas empresas integrantes da categoria econômica de informática e tecnologia da informação atuantes no Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º: A taxa de ressarcimento patronal, terá valor fixo de R\$300,00 (trezentos reais) por empresa.

§2º: As empresas que na data de assinatura desta convenção sejam associadas regulares ao SEPRORJ (TI RIO), estão dispensadas da obrigatoriedade do recolhimento da taxa prevista nesta cláusula.

§3º: O recolhimento da taxa deverá ser efetuado até o dia 13 de novembro de 2020, por meio de boleto bancário pré-emitido pelo SEPRORJ (TI RIO) através do email sindical@ti.rio.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – ENTREGA DE GUIAS AO SINDIERJ

As empresas deverão encaminhar a Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical (GRCS) ao SINDIERJ, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, com a relação do(s) empregado(s) admitido(s), contendo o nome do empregado, salário e data de admissão, toda vez que houver uma contribuição descontada para o sindicato laboral pela empresa, a fim de possibilitar a entidade Sindical Laboral, o controle da categoria por ele representada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DA OBRIGATÓRIA DIVULGAÇÃO DA CCT

O SINDIERJ colocará quadros de avisos nas empresas, destinados ao material informativo sindical e divulgação da Convenção Coletiva de Trabalho, desde que seus informes sejam dados com urbanidade e sem ofensas de qualquer natureza.

§1º: O SINDIERJ poderá, ainda, disponibilizar o material em referência através de seu site, ou por meio eletrônico para a empresa.

§2º: O SEPRORJ (TI RIO) poderá colocar quadro de avisos no SINDIERJ, destinado a notícias sindicais e trabalhistas, desde que dadas com a habitual urbanidade e sem ofensas de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Contribuição Negocial: Para o custeio da representação sindical na defesa do direito coletivo e individual dos empregados, garantindo o processo das negociações: reajuste salarial, plano de cargos e salários, plano de saúde, seguro de vida, vale transporte, auxílio creche, plano de metas, entre outros na CCT. O valor da contribuição corresponde a 1 (um) dia do salário base do empregado a ser recolhida direto na tesouraria do SINDIERJ. Este desconto deverá ser recolhido no mês de 11/2020, e ser pago até o dia 05/12/2020.

§1º – Os valores referentes à CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL devidas ao SINDIERJ deverão ser repassados através de pagamento na tesouraria do SINDIERJ OU depósito bancário, enviando-se o comprovante de pagamento e a relação dos descontos à sede do SINDIERJ, cujos depósitos deverão ser efetuados no:

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência: 3225

Conta Corrente: 1057-6

§2º – As empresas deverão emitir uma relação nominal ao SINDIERJ, contendo a data de admissão, os salários, funções e o valor recolhido de cada empregado até o dia 5 de cada mês subsequente ao mês de competência do pagamento, por e-mail sindierjpresidencia@gmail.com, ou na sede do sindicato, sito a Rua Álvaro Alvim, 31, 14 andar sala 1401, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Com até 5 (cinco) dias de antecedência, dos respectivos vencimentos.

§3º – O não cumprimento pela empresa do parágrafo anterior desta cláusula implicará no recolhimento da dívida desta com o SINDIERJ. Os valores em atraso, quando da regularização, serão acrescidos e multa de 5% (cinco por cento) ao mês, sobre o valor do desconto.

§4º – Fica assegurado ao empregado exercer sua oposição ao desconto acima mencionado, através de entrega de carta protocolada e registrada no sindicato (SINDIERJ), até 5 dias após o registro no MTE.

§5º – Somente serão aceitas as cartas de oposição registrada, se redigida de próprio punho e entregues ao SINDIERJ, nos horários compreendidos das 10:00hs às 14:00hs, pessoalmente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA SINDICAL

Em consonância com o disposto nos artigos 513, 607 e 608 da CLT, em complementação aos artigos 27, 28 e 29 da Lei 8.666/1993, assim como em complementação a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), prevista na Lei nº 12.440/2011 e por força da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta, contratação por setores privados, homologação de rescisão de contrato de trabalho junto ao Sindicato laboral ou a outro órgão competente, deverão apresentar Certidão de Regularidade Trabalhista e Sindical para com suas obrigações sindicais.

§1º: A certidão referida no caput desta cláusula também deverá ser apresentada pela empresa nas seguintes hipóteses:

- a) Para celebração de acordo coletivo de trabalho;
- b) Para empresas com até 40 (quarenta) empregados obter as isenções/dispensas do cumprimento das cláusulas 14ª (Auxílio Refeição), 15ª (Benefício Indireto) e 16ª (Auxílio Creche);
- c) Como instrumento de termo de quitação anual de obrigações trabalhistas previsto no artigo 507-B incluído na CLT pela Lei nº 13.467/2017;
- d) Para utilização dos benefícios e vantagens coletivos prospectadas pelo sindicato laboral e /ou pelo sindicato patronal em favor da categoria;

§2º: Essa Certidão demonstrará que a empresa certificada, a princípio, não carrega passivo trabalhista sindical cumulado perante os órgãos de Representação, e será expedida em conjunto pelo SINDIERJ e pelo SEPRORJ (TI RIO), assinada por seus respectivos presidentes e/ou diretores, ou seus substitutos legais, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a devida solicitação, e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias.

§3º: Consideram-se obrigações trabalhista e sindicais:

- a) Cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho e Legislação Laboral vigente;
- b) Recolhimento da Contribuição Sindical Patronal e da Contribuição Sindical Laboral;
- c) Recolhimento de todas as taxas e contribuições sindicais devidas ao sindicato patronal e ao sindicato laboral;

§4º: A falta de certidão permitirá as empresas licitantes, bem como aos sindicatos convenentes, nos casos de concorrência, carta-convite, pregão, tomada de preço ou outra forma de licitação, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.

§5º: Visando não prejudicar o trabalhador no recebimento de seus direitos, a ausência de apresentação da certidão de que trata esta cláusula no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, não obstará o ato homologatório, mas, contudo, será ressalvada no Termo de

Rescisão do Contrato de Trabalho a sua ausência aplicando-se à empresa a multa prevista na Cláusula 58ª da presente Convenção Coletiva em favor do trabalhador, bem como será comunicado ao Sindicato Patronal sobre tal fato.

§6º: Para emissão da certidão, poderão ser solicitados, dentre outros documentos que se façam necessários, os a seguir discriminados:

- a) Ato Constitutivo da empresa (por exemplo, se for LTDA deve ser entregue o Contrato Social ou sua última alteração contratual caso haja, se for S.A deve ser apresentado o Estatuto Social ou sua última alteração estatutária, caso haja).
- b) GFIP contendo o nome de todos os empregados;
- c) Comprovante de concessão do auxílio refeição para cada empregado e comprovante do respectivo desconto no salário de cada empregado, conforme previsto na Cláusula 14ª da presente Convenção Coletiva;
- d) Comprovante de concessão do benefício indireto para cada empregado e comprovante do respectivo desconto no salário de cada empregado, conforme previsto na Cláusula 15ª da presente Convenção Coletiva;

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – PRESTADORAS DE SERVIÇOS E MÃO-DE-OBRA

O SINDIERJ e/ou SEPRORJ (TI RIO) se comprometem em atuar preventivamente, de forma conjunta ou isoladamente, perante as empresas contratantes de mão-de-obra terceirizada, sejam de que natureza jurídica for, inclusive cooperativas, no intuito de assegurar direitos e garantias legais, bem como, o cumprimento das cláusulas constantes da presente convenção coletiva.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS

O SEPRORJ (TI RIO) e o SINDIERJ reunir-se-ão, extraordinariamente, sempre que solicitado por uma das partes e, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, a partir da vigência desta Convenção, com vistas a analisar conjuntamente os cenários de aplicação das cláusulas pactuadas e outras condições que desejem acordar, avaliando o quadro econômico e produtivo geral, e das empresas, as perspectivas de desenvolvimento, a produtividade e a qualidade, os processos de reestruturação, as inovações tecnológicas e a organização do trabalho, podendo convencionar modificações e aprimoramentos.

Parágrafo Único: As pautas das reuniões ordinárias deverão ser enviadas pelas partes com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SETIMA – CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

Oito dias após o depósito da presente Convenção Coletiva junto a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (SRTE-RJ), independentemente de homologação pela Justiça do Trabalho, as partes estarão obrigadas ao cumprimento da mesma, sob pena do disposto no artigo 872 da CLT.

Parágrafo Único: O SEPRORJ (TI RIO) e o SINDIERJ manterão esforços conjuntos no acompanhamento perante todas as empresas, quanto ao fiel cumprimento do inteiro teor da presente convenção.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA

Até a data de 31 de janeiro de 2021, o valor da Multa pelo descumprimento, permanecerá no mesmo valor disposto na CCT anterior, firmada em 2019, a **partir de 1º de fevereiro de 2021**, se violada qualquer Cláusula desta Convenção, ficará o infrator obrigado a multa igual a R\$ 244,13 (duzentos e quarente e quatro reais e treze centavos), vezes o número de meses em que perdurar o inadimplemento das obrigações por parte da empresa. A multa reverterá em favor do empregado que sofreu a infração.

Parágrafo Único – Fica ainda estipulado o acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor decorrente do inadimplemento, incidente sobre os créditos apurados quando da execução em ação judicial, após decisão judicial transitada em julgado que tenha reconhecido a infração, por cada empregado.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA – DIA DO TRABALHADOR DE INFORMÁTICA

A terceira segunda-feira do mês de outubro será considerada feriado para os empregados em empresas atuantes no setor de informática e tecnologia da informação.

Parágrafo Único: Será facultado às empresas a substituição do dia mencionado no *caput* por outro de melhor conveniência para ambas as partes, na mesma proporção e sem a incidência de hora extraordinária; o que deverá ser feito até o dia 30 de setembro do ano correspondente, por meio de comunicação ao SINDIERJ, do acordo firmado com seus respectivos empregados. A substituição ora mencionada somente poderá recair entre os meses de abril a novembro do ano correspondente a troca.

E por estarem justos e acordados, os representantes do SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SEPRORJ (TIRIO) e do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS, CURSOS E TREINAMENTOS DE INFORMÁTICA, LAN HOUSE, CYBER CAFÉ, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIERJ, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em duas vias de igual teor e forma, com vistas ao procedimento de depósito junto ao órgão competente.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2020.

BENITO LEOPOLDO DIAZ PARET

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANTONIO CARLOS BATISTA DA COSTA

Procurador

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dra. CÂNDIDA MARIA MACHADO COUTINHO - Procuradora

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LOHANNA ARAÚJO - Procuradora
SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMATICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLAUDEMIS LOPES DA CUNHA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS, CURSOS E TREINAMENTOS DE
INFORMÁTICA, LAN HOUSE, CYBER CAFÉ, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE
MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINDIERJ.